

1

Edição  
2015.2

# JORNAL DA FACOM

Jornal Laboratório  
da Faculdade  
de Comunicação  
da UFBA



Páginas 9 a 14

## Zika, microcefalia, aborto, estigma: debates

Páginas 16 e 17

Sexo, rua e Salvador: o que  
eles têm em comum?

Página 18

Elas viajam sozinhas?

Páginas 20 a 24

Conheça a história do  
Projeto Tamar

## História cobrará caro pelo impeachment de Dilma Rousseff

367 X 137. Este foi o placar que fez o Brasil reviver em 17 de abril deste ano o dia 29 de setembro de 1992. Naquela data, a Câmara dos Deputados aprovava a abertura do processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Inimaginável era que, apenas pouco mais de 23 anos depois, o país se veria novamente às voltas com a iminência do afastamento de outro chefe do Executivo. Desta vez, Dilma Rousseff pode ser impedida de completar os dois anos de mandato que ainda lhe restam, e sua situação eleva ao ápice uma crise política que pode levar o Brasil ao total descalabro. Entretanto, se hoje se encaminha para cair em desgraça, Dilma não está livre de culpa. Com jeito imperativo, achou que poderia governar sem o Congresso. Viu sua base aliada ruir e recebeu na votação do impeachment a resposta dos descontentes: não deveria ter desprezado os parlamentares. Também subestimou o poder bélico do nefasto Eduardo Cunha. Agora se vê quase ferida de morte. O processo, no entanto, flerta com o golpismo. Contra Dilma não pesam acusações de crime de responsabilidade. Apenas abertura de créditos suplementares sem aval do Congresso e as famigeradas “pedaladas fiscais”. Nada que outros presidentes não tenham feito. Mesmo assim, passaram incólumes. O maior fiador do impeachment chama-se Eduardo Cunha, réu no Supremo Tribunal Federal por envolvimento no petrolão. Acaba aí qualquer resquício de moral para afastar alguém que não carrega acusações nas costas. Do outro lado, o vice-presidente Michel Temer já começa a articular seu eventual governo. Pesa contra ele a marca da conspiração. O juízo final de Dilma ocorrerá no Senado. Caso receba a quantidade de votos necessária, a presidente será a segunda desde a redemocratização do país a ter o mandato interrompido. Afastar uma mandatária sem comprovação de crimes pode criar, no entanto, chagas profundas na democracia brasileira. Impeachment é coisa séria e não deve ser usado apenas como remédio para impopularidade e o mau governo. A melhor solução para isto está nas urnas, das quais, inclusive, a presidente recebeu legítimos 54 milhões de votos. Afastar Dilma pode custar caro para as instituições democráticas do Brasil. Um preço que a história vai cobrar com juros e correção monetária. (Bruno Luiz – Redação JF)

# EDITORIAL

A turma de 2015.2 de Jornalismo Impresso, embora em 2016, dedica esta edição do seu jornal laboratorial a um problema que vem mudando a vida dos brasileiros: o Zika Vírus. Qual o principal transmissor? Onde e quando surgiu? Há tratamento? São alguns dos aspectos abordados sobre o assunto nesta edição do Jornal da Facom. A problemática chegou ao JF como carro chefe para abordar causas e consequências da doença apontada como a causadora da microcefalia em bebês. Que, aliás, está ligada a um outro tema desta tiragem: microcefalia e aborto. Até onde vai o medo de dar à luz a um filho com má formação cerebral? O direito ao aborto legal, em tempos de epidemia na saúde pública, é um debate urgente.

Nesta primeira edição do produto da disciplina de Jornalismo Impresso de 2015.2 você encontra também a discussão sobre a Geração Tombamento, que aborda o empoderamento negro através da estética Afropunk; uma análise sobre o cenário das eleições municipais 2016; as especificidades dos festivais de arte e cultura alternativa que acontecem na cidade e regiões adjacentes, além de tratar do sexo em locais públicos de Salvador, relatos de quem utiliza esses locais em prol de prazeres sexuais. Bateu curiosidade? Então corre, que com certeza vai ser bom pra você. Boa leitura! (Cris Almeida – Redação JF)



# JORNAL DA FACOM

Abril 2016

Jornal Laboratório da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia  
Rua Barão de Geremoabo s/n, Campus de Ondina  
CEP 40.170-115 Salvador – Bahia – Brasil

EXPEDIENTE

Produção da disciplina  
Oficina de Jornalismo Impresso  
Primeira edição, semestre 2015-2

Reitor: João Carlos Salles

Diretora da Facom: Suzana Barbosa

Coordenação Editorial: Graciela Natansohn-DRT/BA 2702

Edição de Arte e Diagramação: Carla Risso, - MTb 19.260

Editor chefe: Matheus Buranelli

Editores: Bruno Luiz - Política & Cidade  
Josenildo Moreira - Cultura & Comportamento  
Marina Fraga Maia - Ciência & Tecnologia  
Yananda Lima - Fotografia

Repórteres (turma 2015.2) Ana Cely Lopes, Barbara Gomes, Bruno Luiz, Carla Letícia Pereira Oliveira, Crislane Almeida, Gustavo Leões, Ítalo Cerqueira, Jonas Lima, Josenildo Moreira, Júlia Vigné, Maria Landeiro, Mariana Caldas, Mariana Jorge, Marina Fraga Maia, Paloma Moraes, Paula Holanda, Rai Guerra, Rebeca Bhonm, Saville Alves, Thiago Conceição, Thiago Freire, Yananda Lima

Fotógrafos: Brisa Andade/LabFoto, Jefferson Dias, Josenildo Moreira, Mallu Silva/LabFoto, Matheus Buranelli/LabFoto, Natácia Guimarães/LabFoto, Vinícius Senna

Projeto Gráfico: Amanda Lauton Carilho/EDUFBA

Distribuição gratuita

Contato: [jornaldafacomufba@gmail.com](mailto:jornaldafacomufba@gmail.com)



# Cenário das eleições 2016 se desenha em Salvador

## Já é possível apontar as disputas que irão acontecer durante o período eleitoral

Cris Almeida

Até menos de sete meses do pleito de 2 de outubro, para prefeitos e vereadores, começam as movimentações que delinearão o cenário político das eleições 2016. Enquanto o confronto direto entre candidatos não começa, disputas partidárias internas elevam a temperatura política e dão uma pequena mostra do que deve ser a corrida pelo Palácio Thomé de Souza.

No governo, o pomo da discórdia é a cobiçada vaga de candidato a vice-prefeito na chapa de reeleição do atual prefeito ACM Neto, Democratas (DEM). Na oposição, a disputa está em torno de quem vai

ganhar a predileção do Partido dos Trabalhadores na candidatura a prefeito, para atuar como principal rival de Neto. Correndo o risco de serem relegadas ao papel de coadjuvante na briga pela chefia do Executivo Municipal, que deve se centralizar em DEM e PT, as demais legendas também estudam lançar seus nomes.

As alianças devem ser oficializadas após o São João, mas já é possível apontar as disputas que irão acontecer durante o período eleitoral.

### Mistério Democrata

O prefeito ACM Neto tem desconversado quando o tema é eleição. Mesmo tentando se fazer de

desentendido quando questionado sobre sua candidatura à reeleição ao cargo de chefe do Executivo municipal, interlocutores próximos a ele apontam que dificilmente o democrata não irá concorrer. Neto também já deu a entender, em diversas declarações à imprensa, que um dos secretários da atual gestão irá preencher o cargo de vice-prefeito na sua chapa de reeleição.

A escolha cuidadosa do vice aponta para algo maior: Neto pretende alçar voos mais altos. Quer sair do Palácio Thomé de Souza para o prédio da Governadoria, no Centro Administrativo da Bahia, CAB. Para isto, vislumbra uma disputa com Rui Costa (PT) pelo governo estadual em 2018. E é nisto que consiste a análise criteriosa do democrata na escolha de seu vice-prefeito: para brigar pelo governo do Estado, Neto precisa manter alguém de confiança na Prefeitura de Salvador por pelo menos dois anos.

A aparente falta de pressa em se apresentar oficialmente como candidato à reeleição está no fato de que os ventos políticos sopram a seu favor. Apesar de ter o apito final na hora da escolha, Neto afirma que, quando chegar o momento, as lideranças políticas serão reunidas para planejar a candidatura do democrata.



## Cotados

Os nomes mais cotados ao cargo de vice-prefeito são dos secretários municipais Luiz Carreira (foto 1), Casa Civil pelo Partido Verde (PV); Sílvio Pinheiro (foto 2), Urbanismo pelo Solidariedade (SD); Guilherme Bellintani (foto 3), Educação pelo Partido Popular Socialista (PPS); Bruno Reis (foto 4), Promoção Social pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); João Roma (foto 5), Chefe de Gabinete pelo Democratas (DEM); e Fábio Mota (foto 6), Mobilidade pelo PMDB. A atual vice-prefeita Célia Sacramento (foto 7), pelo Partido da Pátria Livre (PPL), também concorre ao cargo.

Assim como ACM Neto, como que por ordem do chefe, seus secretários fazem a linha de desentendidos e bons moços quando o assunto é a vaga de vice-prefeito. É o caso de Sílvio Pinheiro, que revela que pouco tem se falado sobre isso nos corredores da prefeitura. “Esta não é uma pauta para ser tratada agora, ainda é muito cedo para escolher um nome”, afirma em discurso afinado com Neto.

Já o secretário de educação Guilherme Bellintani sabe exatamente qual caminho quer seguir até que o nome seja divulgado. “Quero trabalhar na educação e ser reconhecido por isso. Se ele (o prefeito) me escolher, ótimo, se não, bola para frente”.

Bruno Reis, nome mais citado entre os próprios secretários como “favorito” de Neto, comprova que promoção social e autopromoção é com ele mesmo. “Não me surpreende ser o mais cotado ao cargo, não. Tenho feito um excelente trabalho na prefeitura e ser vice só seria consequência disso”, dispara. Lembrando que Bruno já manifestou interesse em suceder Neto na prefeitura de Salvador.

João Roma, chefe de gabinete, declara que esta hierarquização de vice e secretário na prática é irrelevante para a cidade, uma vez que “nos últimos anos a figura de vice só decorou as fotos”, fazendo menção à atual vice-prefeita Célia Sacramento e que “todos os secretários estão trabalhando com equivalência”.

Célia, por sua vez, contesta a declaração do secretário e afirma que está “fazendo sua parte e trabalhando”. “Ele (o prefeito) tem o direito de decidir o que ele acha melhor para ele e sobretudo para a cidade”, completa.

O secretário de mobilidade Fábio Mota descredita ser uma opção para o prefeito. “Não acho

que serei o escolhido, mas se for, espero continuar ajudando a cidade com as questões da mobilidade”.

Luiz Carreira contou que o fato de um secretário virar vice é puro reconhecimento de trabalho, e que “adoraria ser vice da cidade do Salvador, mas isso não está na minha agenda”.

Everaldo Anunciação, presidente do PT na Bahia, diz que entende a estratégia do prefeito, mas acha “desnecessário”. Sobre a possibilidade de Neto ser concorrente do atual governador Rui Costa (PT) em 2018, Everaldo avisa: “Vai ser perda de tempo”.

## Mais trabalho para o Partido dos Trabalhadores

O PT conta com três nomes pouco conhecidos em Salvador para disputar a eleição municipal de 2016. O deputado federal Valmir Assunção (foto 8), o ministro da Cultura Juca Ferreira (foto 9) e o vereador Gilmar Santiago (foto 10) são os pré-candidatos mencionados pelo Partido dos Trabalhadores, que está se confiando na boa avaliação que o governador Rui Costa tem garantido na Bahia.

Questionado sobre a queda na popularidade do partido devido ao quadro político do país e a influência disto nas eleições em Salvador, o deputado federal Valmir Assunção diz que “na Bahia é diferente”. “Aqui temos a força de Rui e o Nordeste reconhece o trabalho feito pelo PT na região”. Sobre a prefeitura Valmir é discreto. “Seria um prazer”.

Juca Ferreira, o mais cotado para assumir a candidatura, conta que ficaria feliz em ser escolhido, e já faz planos caso seja o nome do PT para a prefeitura da capital baiana. “Todo meu esforço seria na educação e, claro, na cultura. Com atenção nesses dois pontos Salvador irá crescer consideravelmente”. Os rumores dentro do partido é de que Juca seria a figura mais adequada para a disputa, mas o aval final é do então governador Rui Costa, que deve anunciar o nome quando a candidatura da oposição estiver fechada.

Já o vereador Gilmar Santiago reforça a impressão de “vácuo” que o partido formou depois das últimas eleições quando indicou “figuras desgastadas como Pinheiro e Nelson Pelegrino”. “Tentamos quatro vezes com Nelson Pelegrino e nada. Acho que desta vez a cidade espera uma alternativa do

PT, alguém com algum tipo de identidade com a cidade”. O presidente do PT na Bahia afirma que todos possuem “competência e capacidade para governar a cidade”.

## Pré-Oposição

Outros partidos também já ventilaram seus pré-candidatos à prefeitura de Salvador. No caso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a deputada Alice Portugal (foto 11) foi a primeira candidata já definida em um partido. Para a deputada, a queda de popularidade do partido aliado não será problema na sua campanha. “Foram os governos que deram voz e vez aos que vieram de baixo. Aqui na Bahia saímos de uma para seis universidades”.

Quanto à nova legenda, Partido Republicano da Ordem Social (Pros), o Pastor Sargento Isidório (foto 12) deve ser o nome apresentado. Lembrando que o Pastor mudou para o Pros justamente por ser um partido menor, afim de evitar concorrência dentro da sigla para lançar um nome. Segundo Isidório, caso a vontade do partido seja realmente esta, sua única vontade será “cuidar de Salvador do jeito que ela merece”.

Tanto a aliança na candidatura do PCdoB, quanto a do Pros fazem parte de uma mera estratégia do atual governador do Estado, Rui Costa, e do próprio PT de pulverizar os votos na tentativa de levar as eleições para o segundo turno.

Pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), quem deve representar a legenda é a ex-prefeita de Salvador, Lídice da Mata (foto 13). A parlamentar baiana diz não estar satisfeita com a atual gestão. “A cidade passa por um momento singular. Nós temos a sensação que a nossa cidade poderia estar melhor. Os investimentos na cidade poderiam ser outros”, conta.

O primeiro turno das eleições municipais de 2016, que elegerão em todo o país prefeitos e vereadores, será realizado em 2 de outubro, primeiro domingo do mês. O segundo turno está marcado para 30 de outubro, último domingo do mês. Para além de rostos, nomes e simpatias, o voto deve ser levado em conta base política, aliados e a própria legenda em si.

# Entre a decepção e o prazer

Em meio a críticas e elogios, bairro boêmio de Salvador ganha nova aparência



**Bárbara Gomes**

Após revitalização que durou sete meses, o Rio Vermelho, um dos bairros mais famosos de Salvador, passou a ter em janeiro deste ano uma nova paisagem com monumentos reformados, quadra esportiva, ciclovias e área de lazer. A iniciativa custou aos cofres da Prefeitura cerca de R\$ 54 milhões, referentes à primeira etapa entre o trecho da Rua da Paciência ao Largo da Mariquita. Mas o grande destaque, durante e pós obra, não foram as novidades que um espaço requalificado traria ao público, e sim os questionamentos da população sobre os impactos das intervenções urbanas.

Com críticas e aprovações, o projeto arquitetônico do Rio Vermelho foi desenvolvido pelo arquiteto Sidney Quintela, em conjunto com a NM construtora. Um dos mediadores do diálogo com a população, o gestor Camilo Vianna, da NM Construtora, garantiu que, durante a revitalização, as solicitações foram atendidas com base em estudos técnicos. “Não teve como agradar todo mundo. Usamos o bom senso e mesmo após inauguração fizemos algumas alterações, sinalizadas pela po-

pulação, ou por acharmos necessário. Também preservamos as pedras portuguesas em alguns lugares, e ainda fizemos reparos devido aos atos de vandalismos praticados um dia após inauguração da orla”, explicou o gestor.

## **Pedras Portuguesas**

As pedras portuguesas são uma herança colonial nas calçadas da capital baiana, localizadas no Centro Histórico e em alguns pontos do Rio Vermelho. Com o início da reforma no bairro, surgiu a polêmica em torno da permanência dessas pedras, que, apesar de agradarem esteticamente, não contavam com manutenção para preservá-las. No Largo de Sant’Ana, este piso histórico foi substituído por granito. A estrutura com as pedras antigas permaneceu no estacionamento da casa de espetáculos “Teatro Sesi”.

Tombado pelo Instituto do Patrimônio Cultural e Artístico (Ipac), o Largo de Sant’Ana passou, no entanto, por diversas modificações durante a obra. De acordo com a arquiteta do Ipac, Glória Cláudia Lopes, as alterações realizadas pela prefeitura no Largo não foram aceitas pelo Instituto. Questionada pela reportagem sobre a polêmica, a arquiteta

preferiu não se pronunciar. “Isso é uma questão que envolve política”, justificou.

## **Satisfação e desgosto em um só lugar**

A favor da revitalização, Lauro Mata, presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Rio Vermelho (Amarv), ressaltou que durante um ano e meio houve discussão com a comunidade sobre o início da obra, com oito reuniões oficiais. “Fizemos uma série de sugestões e a maioria foi aceita pela prefeitura, a exemplo de um museu que queriam colocar aqui e não achamos válido”, relatou. O líder da Amarv classificou as polêmicas em torno das intervenções como “meras intrigas” de detratores da atual gestão municipal. O bairro é um tradicional reduto do Partido dos Trabalhadores, principal partido de oposição ao prefeito ACM Neto (DEM). “Depois que a reforma começou, um movimento com fins políticos tentou impedir o andamento, sem sucesso”, disse Mata, morador do bairro há 40 anos.

Contrário à reforma, Tiago Nery, jornalista e morador do Rio Vermelho há 29 anos, reconheceu que o bairro necessitava de reparos. No entanto, decepcionado com a revitalização, considerou as intervenções como “esdrúxulas”. Para ele, o Rio

Vermelho “precisava de manutenção, não de reforma”. “Houve um trecho que fizeram o tamponamento do rio. Perdemos uma árvore de 40 anos para dar passagem aos carros. Às vezes, acho que estou em uma Miami colonial, às vezes acho que o Rio Vermelho é a Pituba ou um trecho da nova Ribeira. Não sei. É esquisito”, criticou o jornalista.

Com olhar técnico, a presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento da Bahia (IAB-BA), Solange Souza, avaliou o processo de revitalização no bairro como melhor que o realizado na Barra, mas também fez críticas às intervenções. “A qualidade da obra teve um resultado mais positivo. Porém, o excesso de pavimentação no piso das praças prejudica a infiltração; o solo fica menos encharcado. O clima, que já é quente, tende a aumentar com a falta de escoamento”, ponderou Souza.

A possível derrubada de árvores, tamponamento do rio e pavimentação inadequada foram questionadas ao secretário municipal de Manutenção, Marcílio Bastos. O titular da pasta destacou que a sociedade precisa enxergar a reforma sem se apegar a questões pontuais e deve observar a obra como um todo. “Somos obrigados a mexer no tipo de urbanização para ter mais atrativo e segurança para o público. O projeto aplicado foi mais adequado, a quantidade de árvores plantadas na cidade supera o que talvez tenha sido derrubado, pois essa derrubada só ocorre quando há risco de queda”, garantiu o secretário. Bastos também defendeu que o

bairro “terá mais vida” com a conclusão da reforma do Mercado do Peixe.

Para alguns comerciantes, entretanto, a proposta de segurança e maior movimento teve um preço alto. O empresário Davi Simon, proprietário de uma lanchonete e de um bar no Largo da Mariquita, afirmou ter sido prejudicado. “Durante a obra, o movimento diminuiu muito. Eu tive que demitir funcionários e pagar rescisões. Se a empresa não fosse estruturada, teria fechado. Fiquei sete meses numa situação difícil”, contou o empresário.

Após as intervenções, Simon destacou que o movimento voltou a crescer. Entretanto, o comerciante se mostrou preocupado com o fato das calçadas dos estabelecimentos terem sido transformadas em estacionamentos. “A frente da lanchonete virou estacionamento e colocaram piquetes para os carros não avançarem a calçada. Isso tem provocado pequenos acidentes”, relatou. A presidente do IAB também criticou os piquetes nas calçadas. “Não tem sentido esse equipamento. Parece mais uma maneira de educar os motoristas e pedestres”, pontuou a arquiteta.

Já os estabelecimentos localizados nas ruas do entorno do Largo da Mariquita não sofreram tanto com a intervenção, segundo Jerson Matos, proprietário há dez anos de um salão de beleza, na Rua do Meio. “Minha clientela não diminuiu e eu trabalhei muito. Só tive medo no início da reforma, pois na Barra, por causa da requalificação de lá, alguns es-

tabelecimentos fecharam. Ainda bem que aqui no Rio Vermelho isso não aconteceu. Quando a orla ficou pronta eu achei bom, pois posso andar à noite pela nova praça. Antes era um espaço desocupado e muito escuro”, explicou o cabeleireiro.

Entre gostos e desgostos a gestão municipal, com o discurso em prol da segurança, deu ao Rio Vermelho uma aparência moderna, com o mesmo padrão urbanístico para toda extensão da orla de Salvador. Ainda assim, o IAB destacou que as intervenções realizadas precisavam respeitar as normas técnicas, as questões ambientais, a memória e o cotidiano da comunidade. Ao reconhecer que o resultado final da revitalização não foi o ideal, o secretário municipal de Manutenção lembrou que vários fatores podem fazer uma obra se desviar do projeto original. “O tratamento não é o que queríamos dar, mas há uma série de questões que nos faz mudar esses aspectos”, concluiu Marcílio Bastos.

### Mercado do Peixe: o que aconteceu?

Durante a reforma sete permissionários desistiram dos estabelecimentos, outros seis foram transferidos para o mercado de Cajazeiras e três para o de Itapuã. O novo espaço custou cerca de R\$ 4 milhões, inaugurado no dia 1º de abril com 11 restaurantes. Apenas quatro permissionários antigos retornaram para o Mercado do Peixe.



Brisa Andrade/ LabFoto

Piso de pedras portuguesas no estacionamento do Teatro Sesi

# Cidade de Plástico se torna concreto

Em ano eleitoral, Prefeitura de Salvador dá início ao primeiro projeto de habitação e urbanização da gestão na comunidade costeira Cidade de Plástico

Saville Alves

O contraste: barracos de madeira e a bela vista para a Baía de Todos os Santos dividem atenção

**P**apelão, lona e madeirite poderiam compor a lista de materiais para uma criativa obra de arte reciclada, mas para 200 famílias serviram como os únicos instrumentos para construir suas casas e fundar a comunidade Guerreira Zaferrina. Hoje ela é conhecida como Cidade de Plástico (CDP) e se localiza no bairro de Periperi, no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Moradias irregulares estão longe de ser exceção na capital baiana. Segundo pesquisa do IBGE, desde o início desta década, 880 mil pessoas (equivalente a 33% da população) vivem em conglomerados subnormais, sem acesso regularizado à energia elétrica, saneamento e água encanada.

Nesse contexto, a Prefeitura Municipal de Salvador lançou o Projeto de Urbanização de



Jefferson Dias

Áreas Precárias, um projeto-piloto que promete mudar a realidade da CDP nos próximos 18 meses e pode ser replicado em outras comunidades. A ideia é transformar a invasão em um condomínio popular. A maquete apresentada oficialmente no dia 30 de novembro de 2015, mais de um ano após o início do planejamento feito pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), exibe 250 apartamentos, com dois formatos de planta (dois e três quartos). O projeto inclui dez quiosques comerciais, área de lazer com quadra de esportes e parque, vagas de estacionamento e um píer para que os moradores tenham acesso ao mar, que fica a poucos metros. O investimento é de R\$ 25 milhões para remoção, construção e acompanhamento social.

“Este é o projeto habitacional de infraestrutura mais completo que já houve em Salvador. Nós cuidamos do antes, dialogando com a comunidade. Vamos zelar pelo durante, pagando aluguel social para que eles tenham onde morar até o final das obras. E cuidaremos do depois, quando voltaremos para ocupar as casas, disponibilizando cursos profissionalizantes”, declarou o prefeito ACM Neto durante o lançamento.

## Dúvida dos moradores

A respeito dos impactos do projeto na comunidade, as opiniões dos residentes divergem, principalmente por conta da trajetória de frustrações enfrentada por boa parte deles desde a fundação da Cidade de Plástico. Nascida há cerca de 10 anos como uma



Acima, vista do pier do novo conjunto habitacional / Maquete 3D.

Com muro da casa marcado com ordem de despejo, Cassileide Bonfim, ao lado, exhibe o contrato de compra do seu imóvel

Matheus Buraneli



ocupação do Movimento do Sem Teto Bahia (MSTB), o movimento foi perdendo força na comunidade, decepcionados pela falta de resultados nas negociações com o governo estadual. Ainda, novas ocupações sem controle ampliaram mais a comunidade, facilitando a entrada de traficantes de drogas.

Em meio a este conflito de interesses, promessas não cumpridas e sem lideranças comunitárias legitimadas, foram iniciadas em outubro de 2014 reuniões para tratar do projeto de reurbanização. Propostos pela atual gestão municipal, esses encontros contaram com a participação de representantes da FMLF, com a presença, por duas vezes, do prefeito, além de alguns dos moradores. A iniciativa, que é veementemente defendida pela prefeitura como resultado da participação popular, traz também algumas contradições inerentes a todo envolvimento de órgãos públicos e cidadãos. Para Cassileide Bonfim, 39, as informações disponibilizadas pela prefeitura são limitadas e garante que nunca foram mencionadas as despesas que vai ter que arcar após a regularização dos imóveis.

Cassi, como prefere ser chamada, mora há cinco anos numa casa de alvenaria comprada e totalmente reformada por ela para dar mais conforto a seus dois filhos. “Eu tô triste porque o meu plano

era construir minha casa do meu jeito”, lamenta. Como em muitos outros projetos de urbanização, a relação afetiva entre o morador e seu lar não é levada em consideração. A recorrente padronização dos edifícios não proporciona criar uma identidade singular a cada comunidade.

A construção, entretanto, tem sido vista como alívio para outros moradores. Adele Menezes de Santana, 24, que mora há 7 anos com o marido e o filho na CDP, acredita que o auxílio aluguel proposto pela prefeitura garante a segurança para manter-se durante todo o tempo da obra. Sua primeira casa foi feita de madeirite e lona, mas desde 2015, mora em uma casa suspensa de madeira tratada, construída pela Organização Internacional TETO que trabalha com desenvolvimento comunitário, o que inclui construções de habitações emergenciais feitas em conjunto com os moradores.

#### Para quem, afinal?

As moradoras abrem várias questões importantes sobre o plano que se assemelha a outras iniciativas de urbanização da atual gestão municipal. Assim como este projeto-piloto foi escolhido para acontecer em uma localidade na orla, outras dezenas de obras também foram realizadas de Itapuá

“O projeto não revela soluções para as legítimas necessidades da comunidade, descaracterizando-a completamente.”

Larissa Guedes

ao Subúrbio sem uma ampla participação popular. Todavia, a população reclama que o uso da linguagem técnica é incompreensível. Há falta de transparência nas informações e dados concretos sobre aspectos importantes como prazos e manutenção de características históricas locais. Além disso, as moradoras preocupam-se com o ano eleitoral, visto que uma outra gestão pode abandonar ou mudar o projeto sem consulta prévia.

“A criação de um píer e a quantidade de vagas para carros presentes no projeto não revelam soluções para as legítimas necessidades da comunidade, descaracterizando-a completamente”, reflete Larissa Guedes, assessora jurídica da Cidade de Plástico e voluntária do TETO desde 2014. Morando em condições precárias por falta de emprego e recursos financeiros, a maioria vive de “gatos” na rede de eletricidade, televisão a cabo, água. “Como vamos pagar todos os gastos de luz, taxa de condomínio, de iluminação pública, se apenas temos para comer?”, pergunta, angustiada, uma moradora.

#### Até quando vai durar

No início deste ano, todas as casas foram identificadas com um número de ordem de despejo. Também foram colhidas assinaturas em documentos cujo conteúdo a maioria não tem ciência, por não ter em mãos suas cópias. Dona Rosenilda Zacarias dos Santos, 41, presente desde o ano de fundação da Guerreira Zaferina CDP, contou ao JF que já assinou diversos papeis e que não sabe quantos mais terá que assinar.

Quem mora em comunidades como a CDP teve muitos dos seus direitos negligenciados pelo Estado e também, por aqueles que deveriam acolhê-los. O histórico de abusos, violências e drogas é comum entre a população e este é um ponto que preocupa aqueles que precisarão durante quase dois anos se ausentar do ambiente em que, a pesar de tudo, se sentiam acolhidos. A volta para o lar, sobretudo, é esperada com uma mistura de brilho no olho e dúvidas.

Até o fechamento da matéria nenhum dos moradores tinha noção das taxas condominiais, de luz, água e qualquer outro custo mensal que nunca tiveram e que com o condomínio passarão a ter.

No país, segundo IBGE, 16,27 milhões vivem em situação de extrema pobreza, o que representa 8,5% da população. A maior parcela está nos centros urbanos. A Bahia se destaca como o estado com o maior número absoluto, 2,4 milhões de pessoas, vivendo com menos de R\$ 70 por mês, valor estabelecido pela ONU como definidor da faixa social. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), até 2014, 42,4% da população baiana ainda não tinha acesso a esgoto e 32,7% das moradias não possuía coleta de lixo feita diretamente.

# A relação entre zika e microcefalia

## Pesquisadores investigam o número de casos alarmante na região Nordeste

Paloma Morais

A zika é uma doença infecciosa viral, pertencente à família dos Flavivírus, considerada nova no país. Atualmente não existem mais que 200 estudos sobre o seu alcance e a sua provável relação com a microcefalia está sendo estudada. Descoberta em 1947, na Uganda, em macacos da floresta que deu nome ao vírus, a primeira epidemia aconteceu em 2007, na ilha de Yap, na Micronésia. Em 2013, novos registros ocorreram na Polinésia Francesa, com 8.624 casos suspeitos e no Brasil, imagina-se que o vírus chegou por meio de visitantes que acompanharam o papa Francisco em 2013, ou durante a Copa do Mundo em 2014.

O vírus da zika foi identificado pela primeira vez no Brasil pelo virologista e professor da UFBA, Gúbio Soares. Segundo ele, em fevereiro e março de 2015 o médico infectologista Antônio Carlos Bandeira começou a observar pessoas com uma infecção não identificada. A pesquisa para detectar o vírus foi uma parceria entre Gúbio, Antônio e Sílvia Sardi, professora e pesquisadora da UFBA. “Depois de vários testes com outros vírus, decidimos tentar a biologia molecular específica para zika vírus. A doutora fez o isolamento e conseguimos encontrá-lo em pacientes, em abril de 2015”, conta.

### O “grande” transmissor

A transmissão da doença ocorre com a picada do mosquito fêmea do *Aedes Aegypti*. Após penetrar na corrente sanguínea, o vírus infecciona células da pele, do sistema linfático, e da conjuntiva. Os sintomas são: a formação de manchas na pele, coceira, gânglios ou conjuntivite, dores nas articulações, febre baixa e mal-estar, que duram por volta de dois a três dias. Porém, cerca de 80% dos casos, a zika é assintomática, o que cria uma grande empecilho no diagnóstico da doença, dificultando a confirmação da infecção.

Roberta Lordelo, bióloga, explica que após a reprodução sexuada com o macho, o mosquito fêmea passa a se alimentar de sangue humano, que contém as proteínas necessárias para o desenvolvimento dos filhotes dentro dos ovos. Esses, por sua vez, são depositados em áreas escuras, secas e próximas da água, como as paredes de pneus que acumulam água parada.

Para o mosquito é importante que a água não esteja suja, não contenha matéria orgânica em decomposição, e nem esteja turva. Contudo, os ovos suportam até 450 dias em ambientes sem água. As fêmeas do mosquito tem preferência por locais com paredes porosas e com pouco movimento, para melhor fixação dos ovos. A transformação da larva do mosquito para a fase adulta pode levar em torno de 7 dias.



Maitê Silva

Silvia Sardi e Gúbio Soares Campos, pesquisadores do Laboratório de Virologia da UFBA e descobridores do Zika vírus na Bahia



Apesar de, até o momento, o maior vetor da zika ser o *Aedes Aegypti*, a pesquisadora Constância Ayres apresentou evidências que mostram ser possível o vírus se adaptar à saliva do culex, a famosa muriçoca. Novos estudos estão sendo feitos para descobrir se isso implicaria em uma transmissão massiva.

### Zika e microcefalia. Relação incontestável?

Maurício Barreto, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) diz que apesar de o Ministério da Saúde definir como confirmada [a relação], para ele não está claro. “Os dados são confusos. Eles dizem que a mãe de uma criança que tem microcefalia provavelmente teve zika em algum momento da gravidez. Agora, se os dois fenômenos estão associados, é outra coisa”, explica. Para ele, hoje acreditamos mais nessa relação entre zika e microcefalia. “Até que se prove o contrário deve ser a zika [a responsável pelo surto de microcefalia]. Agora tudo é condicional, as hipóteses não mostraram uma consistência suficiente para serem levadas a sério. Mas a maior possibilidade é que a zika esteja causando microcefalia”, finaliza.

Por sua vez, Gúbio Soares afirma que a relação é incontestável. O virologista menciona casos publicados em revistas científicas que relatam a presença do vírus no cérebro de fetos abortados por mulheres que tiveram a doença. Há também uma pesquisa da Fiocruz, que confirma a presença da zika no líquido amniótico de um feto. “Essas são provas mais do que concretas de que o zika vírus

é capaz de induzir microcefalia. Isso não quer dizer que toda mulher que teve zika terá bebês com microcefalia. Acontece em alguns casos, mas não sabemos ainda o porquê”, afirma.

Antônio Raimundo, professor da UFBA e diretor do Hospital Geral Roberto Santos, também compartilha essa opinião. O problema, para ele, é que não se tem ainda um teste eficiente, mas com o avanço dos estudos “a relação vai ficando mais forte”, opina. Para a microcefalia ser comprovada, é preciso anular primeiro a possibilidade de outra doença, como sífilis ou citomegalovírus. Só depois dessas opções serem descartadas que são feitos os testes para a confirmação da microcefalia.

Roberta Lordelo aponta que se o vírus for contraído por uma gestante, principalmente nos três primeiros meses de gravidez, ele pode atravessar a placenta e chegar ao feto. Como o seu sistema imunológico ainda não está formado, ele é mais susceptível ao vírus, que tem a tendência de atacar o sistema nervoso.

Segundo um novo estudo publicado na revista médica “The Lancet”, baseado no estudo da análise de dados do surto de zika que aconteceu na Polinésia Francesa entre 2013 e 2014, nos casos de infecção durante o primeiro trimestre da gravidez, o risco da ocorrência de microcefalia é de aproximadamente 1%.

### Vacina

Pesquisadores do Instituto Evandro Chagas (IEC), no Pará, e da Universidade do Texas, nos Estados Unidos estão trabalhando juntos na criação

da vacina contra a zika. A principal técnica utilizada para a criação da base da vacina será a separação de duas partes do material genético para produzir proteínas. Os pesquisadores acreditam que as proteínas terão a função de estimular a produção de anticorpos pelo organismo. Existem outras iniciativas brasileiras e internacionais com a finalidade de se produzir uma vacina o mais rápido possível, a OMS acredita que em três anos ela já estará pronta para uso.

Maurício Barreto, por sua vez, discorda. “Leva tempo para se desenvolver um vacina, não é uma coisa simples, exige testes humanos e os projetos falham. Ela deve estar pronta em 5 a 10 anos, se dermos sorte e tudo evoluir bem. A AIDS, por exemplo, até hoje não tem uma vacinação”, questiona.

Gúbio Soares, também discorda. Segundo ele, uma vacina desse porte leva 5 anos para ser colocada em teste e mais 3 anos para ser aprovada. “Leva cerca de 8 anos. A vacina da dengue, por exemplo, saiu depois de vinte anos”, aponta.

### Zika além da microcefalia

A zika pode provocar alterações neurológicas até a idade escolar, segundo Antônio Raimundo. Nesse caso, prejuízos neurológicos podem surgir depois do nascimento do bebê, então crianças de mulheres que tiveram suspeita ou confirmação de zika durante a gestação, do meio do ano passado até hoje, devem monitorar seus filhos.

Em fevereiro também foi publicado um artigo coordenado pelo doutor Antônio Raimundo em que se apresenta casos com lesões oftalmológicas que até então não tinham sido descritas como consequências do vírus da zika. No Hospital Geral, algumas crianças foram submetidas a testes no laboratório de pesquisa, e os exames mostraram alterações neurológicas nas que não tinham microcefalia, o que está sendo denominado como a síndrome da zika congênita.

A pesquisa foi iniciada com o caso de um dos bebês do Roberto Santos, que se desenvolveu normalmente até a décima quarta semana. Posteriormente, na 26ª semana, em um exame de pré-natal, mesmo sem a gestante apresentar nenhum sintoma, foram detectadas alterações cerebrais como a hidroencefalia (cérebro preenchido por líquido) e a hidropsia fetal (edema generalizado no corpo). Na 32ª semana, o feto veio a falecer. Foram retiradas amostras do líquido do encéfalo raquidiano, do cérebro e da medula espinhal. A presença do vírus zika foi evidenciada nesses três tecidos, por meio de exames de virologia e exames moleculares constatou-se que se trata da mesma variante que veio da Ásia, a encontrada também nos bebês do Rio Grande do Norte. “Estamos chegando a uma quase certeza dessa relação”, aponta Antônio Raimundo.

# Gestantes em pânico

A relação do vírus transmitido pelo *Aedes Aegypti* com a doença neurológica que vem aterrorizando as grávidas

Marina Fraga Maia

**M**icrocefalia é uma condição neurológica na qual o perímetro da cabeça do bebê é abaixo da média padrão indicada pelo Ministério da Saúde. Como o tamanho é menor do que o adequado, o cérebro não se expande e atrofia, resultando em déficit visual, cognitivo e auditivo. Recentemente, várias ocorrências de microcefalia foram relacionadas a gestantes que tiveram a doença zika, transmitida pela picada do mosquito *Aedes Aegypti*, durante o período da gravidez. No Brasil, dois casos foram comprovados: um em Pernambuco e outro na Paraíba. O vírus da zika foi encontrado no líquido amniótico de duas gestantes que tiveram filhos com microcefalia.

A zika é uma doença infecciosa viral, considerada nova no país, que ainda traz mais dúvidas do que respostas para os pesquisadores. Os sintomas são praticamente os mesmos da dengue, transmitida pelo mesmo mosquito: febre, manchas claras no corpo, coceiras, dor nas articulações e irritação nos olhos. O vírus só permanece de 3 a 7 dias no organismo, e não existe um tratamento ou vacina específica. O recomendado pelos médicos é muito descanso e cuidado com a alimentação. Além disso, para evitar a transmissão é preciso combater os focos do mosquito, evitando água parada e lixo acumulado. A limpeza precisa ser feita diariamente, tanto pela população quanto pelos órgãos públicos responsáveis.

Apesar da relação com o vírus da zika não ser 100% confirmada, o sinal de alerta contra a doença surgiu ano passado, quando foi constatado um aumento incomum de casos de microcefalia no Nordeste brasileiro. “As mulheres deveriam, se puderem, adiar a gravidez. Caso contrário, o indicado é andar sempre protegida: com roupas compridas e repelente. E estar sempre em dia com o

pré-natal”, afirma o doutor Juarez Dias, médico pediatra e sanitarista. Para ele, é muito importante que toda gestante se proteja em dobro e tenha acompanhamento médico em todos os períodos da gestação. “Mas também é necessário que o governo dê condições para que isso aconteça. É preciso garantir o direito aos exames, para que elas possam fazer a ultrassonografia pelo menos duas vezes durante a gravidez”, declara.

O Governo atualmente trabalha em busca de uma vacina, e tem feito uma forte campanha contra o *Aedes Aegypti* no Brasil. No entanto, para Michelle, grávida de sete meses, faltou informação. “Eu tive zika antes de ficar grávida, mas não sabia o que era. Descobri por causa da minha prima, que teve a mesma coisa. O médico não sabia informar direito. Falta uma explicação melhor sobre o que é e o que pode acontecer. O governo tem que orientar melhor as grávidas”, esclarece.

A associação da microcefalia com a vacina de rubéola e com o uso de larvicidas foi descartada pelo Ministério da Saúde, que iniciou em fevereiro uma parceria com o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos EUA. O estudo feito pelo CDC vai comparar mulheres que tiveram filhos recentemente, com e sem microcefalia, na Paraíba, segundo estado com maior número de casos suspeitos da malformação. O objetivo é estimar a proporção de recém-nascidos com microcefalia relacionada ao vírus da zika, e o risco de infecção pelo micro-organismo.



# Direito de escolha?

## Aumento de casos de microcefalia reacende debate sobre legalização do aborto no Brasil

Bruno Luiz

**A** aborto é assunto indigesto no Brasil. Incômodo, faz parte das temáticas que grande parte da sociedade preferiria não tratar. Entretanto, como algo que gera controvérsias, insiste em emergir das profundezas do pântano que recobre os tabus sociais, para colocar a população face a face com seus preconceitos e em rota de colisão com suas convicções.

É isto que o surto de microcefalia tem feito ao reacender o debate sobre a legalização da prática no País. O receio de dar à luz um filho com deformidades cerebrais que geram sequelas irreversíveis levou a crescer o número de gestantes que, desesperadas, recorrem à interrupção da gravidez depois de receber o diagnóstico de que seus bebês virão ao mundo com a malformação. A gravidade do cenário é potencializada, no entanto, com relatos de casos de aborto em que a mulher apenas contraiu o vírus da Zika – constantemente relacionado ao aumento de casos da anomalia – durante a gravidez, sem confirmação da microcefalia.

### **Microcefalia: pelo direito ao aborto**

A prática, entretanto, só é descriminalizada na legislação brasileira apenas em três casos: risco à vida da gestante, gestação fruto de estupro e anencefalia. Como se pode ver, a microcefalia não está entre elas. Contudo, um grupo de advogados, acadêmicos e ativistas pretende mudar esta situação. A equipe prepara uma ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para solicitar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que grávidas de fetos diagnosticados com microcefalia tenham direito ao aborto. A

força-tarefa é liderada pela antropóloga, professora de Direito da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis), Débora Diniz.

Em entrevista ao *Jornal da Facom*, Débora explica que a proposta tem como argumentação central o fato de que o Estado, ao não combater devidamente o mosquito *Aedes aegypti* – principal vetor do Zika vírus – negou às mulheres garantias constitucionais. Por ter lhe retirado o direito de gerar um bebê saudável deveria, portanto, permitir o aborto de microcéfalos. “O Estado brasileiro foi negligente ao não conter o mosquito nos últimos 30 anos. Neste momento, além de tentar finalmente exterminá-lo, deve adotar políticas urgentes para a proteção dos direitos violados pela epidemia. É isso que pedimos nesta ação. Por isso, os fundamentos dela são o preceito da dignidade da pessoa humana, o direito à saúde, o direito ao planejamento familiar e à proteção à maternidade e à infância”, afirma.

De acordo com a antropóloga, a ação não é focada apenas no direito ao aborto, mas na exigência de que o Estado implante políticas públicas de apoio a mulheres que optarem por prosseguir com a gravidez. “O debate agora se abre e avança para pôr em questão o direito das mulheres a não enfrentar uma gestação compulsória de intenso sofrimento, a ter seu direito de escolha respeitado em qualquer cenário diante da epidemia, para todas as mulheres afetadas pelo vírus zika e que deem à luz bebês com deficiência, uma política de proteção social à maternidade e à infância”, acrescenta.

Débora também encabeçou o grupo responsável pela ação que levou o STF a permitir, em 2012, a interrupção da gravidez em casos de anencefalia (fetos sem cérebro). A antropóloga esclarece, entretanto, que não há correlação entre os princípios fundantes dos dois pedidos. “O fundamento desta ação, diferente da ação de anencefalia, não é a condição do feto. Por isso é preciso evitar aproximar as duas pautas. É uma ação de proteção ao planejamento familiar, à maternidade e à infância, e é nesses termos que esperamos que a Corte a avalie e julgue”, pontua.

“ Há uma eugenia não estatal, mas ideológica ”

### **Anencefalia, microcefalia e eugenia**

A professora de Direito e Bioética da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Mônica Aguiar, também não enxerga semelhanças entre as ações. “Acho difícil que o precedente da anencefalia sirva para a microcefalia. Na anencefalia, há diagnóstico definitivo de que o feto não sobreviverá após o nascimento. Após julgamento [da ação sobre anencefalia] no Supremo, o Conselho Federal de Medicina editou uma resolução explicando como o médico deveria fazer o diagnóstico. Na microcefalia, a gente não pode fazer isto pelo fato de que, às vezes, só se sabe das sequelas após o nascimento”, diferencia.

Favorável à ação, Mônica pondera, entretanto, que o esperado voto favorável dos ministros da Suprema Corte pela aprovação da proposta pode esbarrar em um argumento poderoso já utilizado por ferrenhos críticos da medida: o de que o aborto de fetos com microcefalia abre precedente

Antropóloga Débora Diniz lidera grupo que prepara ação no STF para legalizar aborto em casos de microcefalia



para a eugenia. A prática, caracterizada por uma espécie de “limpeza da raça” na busca de seres humanos perfeitos, era recorrente na obscura era do nazismo de Adolf Hitler. “Eu não considero assim, mas é um argumento que pode gerar grande impacto perante os ministros do Supremo. Pode ser que eles considerem que a gente quer aborto para fazer um bebê perfeito e pensem: ‘ontem anencefalia, hoje microcefalia, amanhã vão pedir aborto para bebês com orelhas de abano’ e por aí vai”, argumenta.

### Ação “eugênica”

Apesar de negada por Débora Diniz e Mônica Aguiar, a tese de que a ação em questão tem viés eugênico é endossada por especialistas em Direito contrários ao pedido. O especialista em Direito da Família Eurípedes Cunha Brito Júnior chega a comparar a peça ao ideário nazista da “pureza racial”. “Esta não é uma eugenia de ideologia institucionalizada pelo Estado, mas é algo patrocinado ideologicamente pelos abortistas. As ideias de Hitler, inicialmente, não eram consideradas eugênicas e, depois, deu no que deu. Estamos em um momento difícil por causa desta epidemia de zika e, para evitar ter a microcefalia, é preciso, infelizmente, se abster de engravidar”, sustenta.

A visão de Brito Júnior é compartilhada pelo coordenador do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador (Ucsal) e também especialista em Direito e Bioética, Deivid Lorenzo. Segundo ele, a ação é inconstitucional, já que Constituição Federal de 1988 prega o direito à vida, independentemente da condição do feto. “A Constituição não distingue o feto. Seja qual

for a condição dele, com microcefalia ou outras anomalias, o direito à vida daquele bebê precisa ser respeitado, sob o risco de estarmos fazendo uma limpeza da raça. Esta ação tem claramente este objetivo. Temos que tomar cuidado para não abrirmos tristes precedentes como o da anencefalia”, defende.

### Microcefalia e legalização do aborto

Velho adversário na discussão sobre descriminalização do aborto, o tabu ainda existente sobre o tema na sociedade brasileira pode impedir que os ministros do STF aproveem a proposta do grupo liderado por Débora Diniz. Uma pesquisa divulgada no mês passado pelo Instituto Datafolha revelou que 51% da população é contrária à descriminalização da prática, mesmo nos casos em que a microcefalia foi comprovada durante a gestação. A proposta só encontra apoio em 39% dos brasileiros.

Para Mônica Aguiar, a aversão de mais da metade da população ao aborto reside nos fortes princípios religiosos que norteiam a sociedade brasileira. “Esta pesquisa me deixou bastante atônita e surpresa. Eu acho que o paradigma que nos sustenta é o da sacralidade da vida. Ninguém pode tirar a vida e, talvez, isto tenha por base uma questão religiosa muito forte, porque, nesse ponto, as religiões se unem contra o abortamento”, afirma.

A onda conservadora foi reforçada por um projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados pelo deputado federal Anderson Ferreira (PR-PE), que prevê o aumento da pena – em um

terço ou até metade – para quem cometer aborto em casos de microcefalia.

Apesar de todo debate em torno da legalização do aborto, uma realidade é pouco conhecida da população: a prática é muito mais comum do que se imagina. Dados da Pesquisa Nacional do Aborto apontam que uma entre cinco mulheres na faixa dos 40 anos de idade já abortaram no Brasil. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), um milhão de abortos clandestinos são feitos anualmente no país.

A prática se torna questão de saúde pública quando levantamento revela que 200 mil atendimentos são realizados no Sistema Único de Saúde todo ano por causa de abortos malsucedidos. O mais grave, entretanto, está neste número: a interrupção da gravidez é a quinta maior causa de mortalidade materna no Brasil.

Neste contexto, Mônica Aguiar, acredita que não é momento apenas de discutir a descriminalização do aborto de microcéfalos, mas também a legalização da prática. “Eu sustento a tese de que deve ser descriminalizado o aborto em qualquer hipótese. Nós não podemos obrigar a mulher a manter uma gravidez sabendo que corre o risco de não ter aquele filho saudável. Costumo dizer que, se os homens engravidassem, o abortamento já seria permitido”, conclui.

Para Débora Diniz, a ação pode colocar o debate sobre legalização do aborto novamente no centro das discussões. “A discussão nesse momento põe em evidência os direitos das mulheres e por isso amplia o debate sobre aborto no Brasil”, afirma.

“Mulheres têm direito a não enfrentar uma gestação de intenso sofrimento”



# Microcefalia não é o fim

Crianças com microcefalia sofrem estigmatização, enquanto famílias tentam se adaptar à nova realidade

**Bruno Luiz**

Olhar distante. Tristeza. Incredulidade. Sensação de incapacidade. Desespero. Inúmeros sentimentos envolvidos em uma única descoberta que mudará sua vida para sempre. Na tarde daquela quarta-feira, dia 9 de março de 2016, Jose Melo recebeu o diagnóstico de que sua primeira filha, a pequena Isis, de apenas três meses, tem microcefalia.

## **Caíndo a ficha**

A epidemia do zika vírus, apontada como principal causa do surto de microcefalia no Brasil, revela uma série de desigualdades e falências. Apesar de ninguém estar imune à picada do *Aedes aegypti*, o extrato mais pobre da sociedade brasileira recebeu uma espécie de condenação do Estado: é o mais vulnerável ao mosquito vetor desta calamidade social e na saúde pública.

É o caso de Jose. Moradora de Araci, na região Nordeste do estado, ela relata que seu bairro foi infestado pelo mosquito. A jovem teve o Zika vírus

entre o terceiro e quarto mês de gravidez. No entanto, ela só descobriu a condição neurológica da filha após o nascimento.

Aos poucos, a mãe de Isis começa a se dar conta dos desafios que enfrentará na criação dela. Semanalmente, precisará percorrer os 230 quilômetros que separam Araci de Salvador para ter acesso ao serviço de reabilitação para crianças com microcefalia oferecido pelas Obras Sociais Irmã Dulce (Osid). Uma viagem cansativa e solitária. Ajudante de pedreiro, seu marido precisa ficar na cidade para prover o sustento da família. Seu trabalho é a única fonte de renda da casa, já que Jose não trabalha.

Como se ainda não tivesse absorvido o impacto do diagnóstico da filha, Jose não tem muito que dizer. Entretanto, seu olhar cabisbaixo e perdido e sua fala mansa, de alguém ainda anestesiada pela notícia, expressam bem seus sentimentos diante da descoberta. “A gente fica triste, né? Ainda estamos no impacto. Eu não esperava. Não sei nem como explicar”, admite. Enquanto sua mãe tenta entender tudo o que está acontecendo, no colo, envolta por uma manta de linho branca, a peque-

na Isis repousa. Com semblante sereno e a ingenuidade característica de uma criança, descansa sem imaginar os desafios que deve enfrentar futuramente por causa de sua condição. Mal sabe que, desde bebê, terá de lidar com problemas dignos de adultos.

## **Vidas diferentes, histórias que se repetem**

Os dramas das mães de bebês com microcefalia se sobrepõem. Pelos corredores do Ambulatório de Neuropediatria das Obras Sociais Irmã Dulce (Osid), o que mais se vê são mulheres com histórias de vida que se repetem. Geralmente são pobres, jovens e enfrentam sozinhas o desafio de criar alguém com microcefalia.

A história de Paula Santos Custódio, mãe do pequeno Anthony, de três meses, não segue um roteiro muito diferente. Ela contraiu o vírus da Zika durante a gestação, precisou deixar o antigo emprego por conta da gravidez e apenas conta com a renda mensal do marido para sustentar a casa. Também precisa deixar semanalmente Esplanada, cidade no Nordeste baiano onde mora, para vir a Salvador fazer o acompanhamento do filho com microcefalia nas Osid.

Paula já se mostra resignada diante das limitações que Anthony pode desenvolver devido à anomalia. Entretanto, relata como o pós-diagnóstico foi duro para ela e Adilton, seu marido. Sua maior preocupação era com a aparência do filho. Tinha medo de que ele ficasse estigmatizado. “Quando descobri, fiquei desesperada. Na internet, tínhamos muitas imagens feias das crianças com microcefalia, só para assustar. Logo na hora do parto, a primeira coisa que olhei foi se o rosto era defeituoso”. Entretanto, Paula se tranquilizou. Anthony não aparenta ter microcefalia. “Ele não parece ter nada. Não tem tanta diferença para os outros”, comemora.

## **Do preconceito ao empoderamento**

O medo da estigmatização do filho com microcefalia não é exclusivo de Paula. Além de lidar com as dificuldades impostas pela condição, muitas mães sofrem com o preconceito em torno da anomalia. Envergonhadas, algumas famílias querem esconder seus filhos da sociedade devido à fisionomia. Outras encaram o diagnóstico de microcefalia como uma sentença de invalidez. São estes comportamentos que Nathália Nogueira, psicóloga do Centro Especializado em Reabilitação das Osid, tenta combater com seu trabalho de assistência psicológica às famílias. Para a especialista, é necessário “empoderá-las”. “Nosso objetivo é o tempo todo orientar e acolher estas famílias, fortalecendo que a criança tem potencialidades, que os impactos da microcefalia podem ser reduzidos. Muitas famílias acham que não tem nada a ser feito e não é assim. Ele é um ser humano, não é só uma microcefalia”, destaca.



Vinicius Senna

# Universos paralelos

## A proposta dos festivais de arte e cultura alternativa conquista público na Bahia

Carla Letícia

Podia ser em uma fazenda de 600 acres em Nova York, como foi Woodstock, mas foi em uma praia paradisíaca perdida no litoral da Bahia. A ideia central é a mesma: alguns “dias de paz e música”. O festival hippie de 1969 foi o gerador de outros tantos, como o Universo Paralelo, um dos maiores festivais de música eletrônica da América Latina, que reuniu 18 mil pessoas no fim do ano passado na Praia de Pratigi, no município de Ituberá, na Costa do Dendê. Assim como ele, muitos outros fazem da Bahia sua casa há alguns anos. A música pode não ser mais a mesma que agitou Woodstock em 1969, mas a proposta dos festivais alternativos continua intacta: reunir estilos.

As festas duram três ou mais dias, com pistas de dança, praça de alimentação, chuveiros, banheiros, área de camping, estacionamento e feiras. O respeito ao meioambiente, contudo, é a principal característica da produção. “Utilizamos sempre técnicas de bio-construção, com o uso de bambus e outros materiais resistentes e ecologicamente

corretos”, conta Danilo Nazca, DJ e mentor do Terra em Transe Festival, que sempre acontece em dezembro na cidade de Jandaíra, com um público estimado em quatro mil pessoas. Ele conta que durante os dias do festival, uma pequena vila é construída com tudo o que o público pode precisar.

Shows, performances, números circenses, artesanato e terapias holísticas são oferecidos simultaneamente durante todos os dias de festa. Mas o show maior quem dá é a natureza. “É tudo muito mais bonito e surpreendente do que eu imaginava. O mar e a praia fazem uma experiência completamente diferenciada e intensa. Não pensava um minuto na vida que eu tinha fora daqui”, conta a estudante Laís Melo, que participou pela primeira vez de um festival no Universo Paralelo. Uma praia, contudo, não é o único local possível para a realização da festa. O Ressonar, por exemplo, acontece em uma antiga propriedade de garimpo nos arredores de Lençóis, na Chapada Diamantina. Mais ancorado na natureza, o Ressonar acontece sempre na primeira lua cheia do ano e oferece um ambiente de relaxamento e expressão artística para os visitantes.

### Para todos os gostos

Os festivais reformularam-se com o novo contexto. “Claramente vemos que a juventude do século 21 voltou a se reunir nesse tipo de evento. Aquela ideologia se transformou, agregou tecnologia, mas ainda trazemos sua essência”, afirma Danilo.

As festas também estão mais democráticas e diversificadas, segundo o estudante de música e DJ Rafael Dias. Freqüentador de festivais da Bahia e de outros estados, Rafael diz que eles são a nova tendência no mundo do entretenimento. “A diversidade de estilos e palcos é impressionante, o que explica o aumento do público da música eletrônica nos últimos anos”, enfatiza ele.

Responsável também pela curadoria artística do Terra em Transe, Danilo defende que a intensidade é o diferencial dos festivais. As pessoas acordam, dançam, descansam, assistem as apresentações e se divertem juntas e dividindo tudo, num formato diferente de uma festa de 12 horas de duração, por exemplo, em que ninguém vivencia realmente aquilo que acontece ali”, diz ele, se referindo às raves, festas que duram menos e apresentam menos opções de lazer comparadas aos festivais. Com um modelo diferenciado de entretenimento, os festivais surgem com a proposta de gerar interação entre os participantes e prometem uma experiência única.

# Locais públicos, prazeres privados

Relato pessoais de quem utiliza espaços públicos para satisfação sexual

Josenildo Moreira

No Brasil, o sexo ainda é tratado como tabu. Quando a liberdade sexual entra em cena, o julgamento tende a cair no âmbito da “moral e dos bons costumes”. E se o assunto for práticas sexuais homoeróticas em locais públicos? Pronto. É só preparar o caixão e a vela para o velório. Talvez por isso, a internet tenha se tornado um verdadeiro confessionário, onde pessoas encontram espaço para relatar suas aventuras sexuais, reprimidas pela sociedade, em praças, parques e banheiros. Ao contrário do Voldelpark em Amsterdã, Salvador não possui um lugar legalizado para tais práticas. Sendo assim, é necessário um olhar mais atento para perceber as movimentações que driblam o medo, perigo e as condições precárias de higienização para satisfação sexual.

Luís\*, 45 anos, professor de educação física, frequenta o “paredão” do Jardim de Alah desde janeiro. Localizado no Bairro Costa Azul, o espaço é conhecido pela intensa movimentação de pessoas que procuram sexo gratuito à noite em Salvador. Por ser escuro e sem vigilância, o local virou referência para esses encontros. “Fui abastecer no posto em frente, depois desci andando até o morro do parque. Parou um homem do meu lado, pediu para me chupar e deixei. Desde então, vou regularmente”, conta. Recém-divorciado, apresenta-se como bissexual ativo, não assumido, e gosta do paredão pela falta de compromisso. “Não vou só para transar, mas, se estiver com alguém, não curto ser interferido por outras pessoas e é o que mais acontece, infelizmente. Sempre uso camisinha e nunca levo nada de valor. Os assaltos são frequentes”, alega.

Guilherme\*, 25 anos, estudante, relata que desde os 14 anos é adepto ao “banheiro” – prática sexual em banheiros. “Sempre gostei do clima



dos banheiros, o cheiro, a sujeira, a precariedade que alguns têm. Algo me atraía e ao mesmo tempo dava medo; uma adrenalina diferente. Com o tempo, percebi que havia números de telefones nas paredes. Comecei a demorar lá, esperando alguma coisa acontecer e, para minha surpresa, sempre tinha outro homem que esperava também”, lembra. Atualmente, prefere os WCs de mercados, pois são frequentados, em sua maioria, por homens casados. Alega que sente prazer em observar a coisa acontecendo, mas não hesita em participar. “Gosto muito de sexo oral. Penetração, prefiro na cama. Fora isso, o que rolar, rolou”, conclui.

Para a médica ginecologista e pós-graduada em Sexualidade Humana pela Sociedade Brasileira em Estudos da Sexualidade Humana (SBRASH/SP), Alcione Bastos, essas práticas formam um tema delicado por serem consideradas um desvio de conduta sexual socialmente aceitável classificadas como agorafilia, na qual há o desejo, principalmente dos homens, em se expor durante o ato sexual. “São pessoas que geralmente têm uma dependência de adrenalina e gostam de estar em perigo. Isso, inclusive, contraria a fisiologia natural do corpo. Em geral, na presença de excesso de adrenalina, o sangue ‘foge’ da periferia das artérias

e, conseqüentemente, há uma perda temporária da ereção. Porém, essas pessoas têm uma reação inversa e sentem justamente mais desejo e excitação”, explica.

Bastos salienta que, do ponto de vista clínico, os riscos mais comuns são a prática sexual sem preservativo e em lugares sem higiene, como os banheiros públicos, onde pode ocorrer contaminação por vírus, bactérias e fungos.

## Penetrando a Universidade

Por se tratar de um movimento social, a temática já foi introduzida no terreno da academia. Um dos exemplos é a dissertação “Fazer Banheiro: as dinâmicas das interações homoeróticas nos sanitários públicos da Estação da Lapa e adjacências”, defendida em 2012, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, pelo pesquisador Tedson da Silva Souza. Ele explica que a motivação para escrever o texto autoetnográfico – produção na qual o pesquisador é objeto e sujeito da

sua própria pesquisa – partiu da inquietação com a cena gay tradicional, cuja militância está normalmente ligada à classe média e ele, homem negro, morador do Subúrbio Ferroviário de Salvador,

“Sempre gostei do clima dos banheiros, o cheiro, a sujeira, a precariedade que alguns têm”



Giovanni Rufino

assumidamente homossexual e adepto da deriva urbana – como se define – e do banheiro, não se sentia representado.

“O espaço é para todas as pessoas: travestis, afeminados, negros, ‘hetéros’, classe trabalhadora. O que determina a valorização, nesse caso, é o tamanho do falo”. Para Souza, o grande número de adeptos é resultado do fetiche, da possibilidade de ser anônimo em meio ao público e poder exercer a sexualidade rápida e prática sem muito entrosamento. “Não é um lugar de conversa, toda relação é através do silêncio”, atenta. Souza diz que não teve dificuldade de acesso ao campo e que o grande entrave do desenvolvimento da pesquisa estava mais ligado à segurança. “Ficava exposto e vulnerável à ação de bandidos e usuários de drogas. Nunca presenciei casos de extorsão, nem sofri chantagens por parte de policiais, mas já ouvi xingamentos, fui vítima de agressões verbais e presenciei agressões físicas tanto por parte de seguranças quanto por policiais”, desabafa.

### No meio da folia

Carnaval, 2016. Este ano foram 14 dias de festa em Salvador entre a Lavagem de Itapuã e a Quarta-feira de Cinzas e, segundo a Secretaria de Turismo do Estado (Setur), 560 mil visitantes, brasileiros e estrangeiros, passaram pela cidade durante o período, marcado por muita música, dança e encontros.

Alguns deles, sexuais. O Farol da Barra, tradicional ponto turístico de Salvador e um dos símbolos do percurso da folia, ganha outra função ao cair do dia. O local ensolarado cede lugar a uma penumbra ideal para os interessados em interações sexuais em espaços públicos.

Durante a festa, o monumento, que já tem seu público fiel, fica mais concorrido com a presença de tantos visitantes. Do outro lado do bairro, é possível ver o entra e sai contínuo de pessoas. Ao se aproximar, ouve-se conversas e gemidos. Mais perto, encontra-se todo tipo de relação. Grupos, trios, duplas; pessoas só olhando, algumas se masturbando, outras fazendo sexo oral e os que chegam à penetração de fato. Há os mais reservados, os mais explícitos e aqueles que fazem do momento um espetáculo com direito a aplausos após a performance.

Daniilo\*, 27 anos, bancário, é frequentador do Farol com esses propósitos há mais de 10 anos. Conta que toda vez que passava pelo lugar percebia uma movimentação diferente à noite e, por curiosidade, decidiu ver o que acontecia. “Depois disso, passei a ir quase todos os dias. É divertido e não preciso ter compromisso com ninguém”, explica. Confessa que já conheceu muita gente, mas

“É o espaço para todas as pessoas: travestis, afeminados, negros, ‘hetéros’, classe trabalhadora”

que nem tudo é só prazer. “Era período de carnaval também e a polícia subiu pelos dois lados do Farol e enquadrou todo mundo. Fui revistado e algemado. Éramos mais de 30 pessoas descendo em fila. Fiquei com muita vergonha. Fomos levados ao posto policial, mas liberados em seguida. Os policiais explicavam que isso é errado e que não deveríamos praticar novamente. Hoje, lembro e dou risada”, relata aliviado.

O Major Mesquita da Polícia Militar (PM) – que durante o carnaval ocupou o posto policial em frente ao Farol da Barra – coordenou a Operação de Segurança, que busca inibir estas práticas sexuais. Segundo ele, o ato libidinoso (ato sexual em via pública) é caracterizado como uma contravenção penal (crime de menor potencial ofensivo), na qual o praticante é conduzido a um posto da PM onde deve assinar um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), que contém a qualificação dos envolvidos e o relato do fato. Em seguida, a pessoa é liberada com o compromisso de comparecer, posteriormente, a uma delegacia ou a um juízo para prestar um depoimento sobre o ocorrido.

Ele explica que durante o carnaval essas ações são intensificadas, devido ao reforço da segurança para vigiar os locais públicos. Quanto às penalidades, o Major esclarece que, por se tratar de uma infração de menor potencial ofensivo, normalmente não se imputa pena restritiva de liberdade. Designam-se penas alternativas, como prestação de serviços em hospitais e creches. “Isso vai depender do fato e da decisão que será tomada para o caso”, informa. Para os que alegam ter sido extorquidos por militares durante as ações, ele orienta procurar a corregedoria da Polícia Militar para realização da denúncia.

### Oito de fevereiro, penúltimo dia oficial da festa.

Cerca de 20 policiais saem, munidos de lanternas, cassetetes e armas, para mais uma Operação de Segurança atrás do Farol. Ao perceber a aproximação, várias pessoas correm na direção oposta.

Outras, apressadamente, vestem-se e sentam como se nada estivesse ocorrendo. Alguns são abordados, revistados e um outro apanha por, aparentemente, ter resistido às orientações dos policiais. Um homem que não quis se identificar foi um dos interpelados e diz frequentar o espaço há mais de cinco anos, mas pela

primeira vez se viu nesta situação. “Sou uma pessoa pública em Feira de Santana. Imagina ser conduzido à delegacia e alguém me reconhecer?”, realça. Explica que os policiais só conversaram e o liberaram. “Apesar do susto, acho interessante essas ações, pois morro de medo de assaltos. Não queria ter vindo hoje. Sabia que ia estar muito cheio, mas senti vontade e vim. Gosto dessa facilidade e discrição. Não tem como resistir”, completa.

\* Os nomes dos entrevistados podem ser fictícios

# Mochila: substantivo feminino

O assassinato de duas mochileiras argentinas pautou o debate sobre culpabilização das vítimas e violência de gênero

Ana Cely Lopes



Muitas jovens sonham em conhecer o mundo com uma mochila nas costas. As argentinas Marina Menegazzo, 22, e Maria José Coni, 21, juntaram dinheiro, arrumaram a mochila e escolheram a América do Sul como destino. Mas, o que seria a realização de um sonho, acabou se tornando um grande pesadelo: no dia 22 de fevereiro de 2016, elas foram encontradas mortas no balneário de Montañita, no Equador.

O laudo policial indica que as garotas foram assassinadas por dois homens após uma tentativa de estupro. Alguns jornais escolheram ressaltar que as duas viajavam sozinhas. Internautas questionaram o tamanho das roupas e se elas estavam bêbadas. A vice-ministra de Turismo do Equador, María Cristina Rivadeneira, falou que “as jovens viajavam de carona e procuravam festa” e que, por isso, os assassinatos “iriam ocorrer cedo ou tarde”.

A repercussão do caso gerou comoção de alcance internacional. O debate sobre assédio, estupro e culpabilização de vítimas foi intensificado à medida que coletivos feministas apontaram que a mídia só retratava as jovens como “sozinhas”, pois estavam sem a companhia de homens. Protestos e manifestações a favor das argentinas culminaram na saída de María Rivadeneira do cargo de vice-ministra do Turismo, no último dia 10 de março. Além disso, surgiram campanhas na internet com as hashtags #ViajoSola (viajosozinha) e #NiUnaMenos (nenhu-maamentos), em apoio às vítimas.

Infelizmente, o caso das argentinas é mais um no meio de um grande oceano: o da violência de gênero. Ao contrário da violência urbana, que atinge pessoas de diferentes etnias e classes sociais, a

violência de gênero é direcionada a um grupo específico – neste caso, a mulheres.

Segundo a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), no mundo, 7 em cada 10 mulheres já foram ou serão violentadas durante suas vidas. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública indica que em 2014 houveram pelo menos 47 mil estupros no Brasil. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) destacam a região nordeste com a maior taxa de homicídios femininos no país: 6,9 mortes para cada 100 mil mulheres. Para a ONU, os impactos da violência de gênero variam entre “consequências físicas, sexuais e mentais, incluindo a morte”.

## Antes só do que acompanhada do machismo

Para saber mais sobre como as mulheres lidam com o medo do assédio em viagens, o *Jornal da Facom* entrou em contato com algumas mochileiras baianas. Tarsila Figueiredo, de 20 anos, considera viajar sozinha uma experiência “desafiadora, fantástica e libertadora”. Contudo, o medo de passar por algum tipo de violência ainda é um grande problema: “Tento não deixar de fazer nada por ser mulher, mas, acabo encontrando limites, já que vivo em uma sociedade machista”, disse Tarsila.

Luma Webering, de 24 anos, foi assediada viajando com uma prima. “Estávamos explorando Barcelona a pé e um cara veio atrás da gente, oferecendo sexo à três”, conta. Constrangidas, as duas apressaram o passo e tentaram ignorar. Nos dias seguintes, evitaram sair à noite sem a companhia de homens. “Meu maior medo é de ser sequestrada e estuprada”, afirma Luma.

Uma das dicas que Ingrid Lopes, de 23 anos, deu foi ter cuidado com a escolha da hospedagem, priorizando albergues com quartos coletivos femininos e hotéis com boas indicações. A escolha do roteiro também é importante: “para viajar desacompanhada, é melhor optar por locais movimentados e de fácil acesso”. Para Ingrid, quanto mais mulheres se propuserem a viajarem sozinhas, mais comum isso se tornará: “o que não podemos é desistir da nossa liberdade”, asserta.

“As mulheres, independentemente de serem mochileiras ou não, enfrentam um medo diário de estupro”, afirma Brenda Matos, de 21 anos. Segundo ela, esse medo não existe quando são homens viajando. Brenda acredita que há diferenças entre ir para Europa, América do Sul ou China, já que “as culturas e o tratamento com as mulheres são diferentes nesses lugares”. Ela aconselha estudar sobre a cultura do local de destino.

Assim como as meninas Marina e María, Gabrielle Guido, de 21 anos, quis conhecer a América do Sul. Ela viajou acompanhada de dois amigos da mesma idade. Mesmo com a presença de um homem no grupo, Gabrielle conta que sofreu assédio. “As pessoas achavam que por ter um menino entre nós o perigo diminuía. Isso não é verdade”. Apesar disso, a experiência de viajar de mochilão foi recompensadora: “Não podemos nos privar de momentos como esses por causa do machismo. O medo é uma arma que usam para que a gente se cale, se torne subserviente”. Para ela, com planejamento, organização e coragem, toda mulher pode realizar viagens incríveis.

# Tombamos!

## Geração Tombamento impulsiona o empoderamento negro através da estética Afropunk

Maria Landeiro

Em tempos onde a palavra empoderamento esta na ponta da língua, uma nova tribo se apropria de seu significado de forma bastante contestadora: a Geração Tombamento vem com uma mensagem politizada e auto afirmativa sobre o que é ser negro e negra no século XXI. Para passar o recado, tranças coloridas, cabelos black power, piercings e pinturas corporais foram os elementos escolhidos. Uma estética típica do movimento Afropunk.

Rebobinando a fita, o movimento Afropunk surgiu nos anos 1990, nos EUA, com jovens negros que se identificavam com a cultura punk, o rap e hip hop e viram nela uma grande ferramenta de dar poder ao povo negro. O movimento começou a ser assunto no Brasil há cerca de um ano, quando a rapper Karol Conka, uma das maiores artistas afropunks brasileiras, trouxe a ideia de afrontar o racismo e os padrões estéticos impostos. Através da sua música “Tombei”, a rapper cunhou o termo “Geração Tombamento”, que hoje se refere a uma geração negra que se autoafirma e se empodera através da estética Afropunk.

Segundo Matheus de Moraes, adepto do movimento Afropunk em Salvador e estudante do Bacharelado Interdisciplinar (BI) de Artes da Universidade Federal da Bahia, “a Geração Tombamento começa a dar mais união ao movimento negro, buscando que pessoas negras se reconheçam como tal”. Em Salvador, o movimento tem sua principal manifestação na festa Batekoo que, em pouco tempo, tornou-se uma das festas mais procuradas da capital baiana e já é sucesso em outras cidades, como Brasília e São Paulo. “A Batekoo surgiu como uma festa do meu aniversário e despedida da cidade porque estava indo para São Paulo” conta Wesley Miranda, um dos idealizadores da festa. “A

temática escolhida foi uma festa Black, feita apenas por negros, com músicas cantadas apenas por artistas negros” afirma Wesley.

Hoje, a Batekoo é um espaço de autoafirmação para negros, negras, LGBT’s e toda a comunidade periférica. “A Batekoo foi muito espelhada no Afropunk, mas hoje, sua definição vai muito além disso: é uma reparação da autoestima negra” afirma Maurício Sacramento, atual produtor da festa, cuja última edição foi realizada em uma casa de show no Rio Vermelho.

Samira Soares, também estudante da UFBA, afirma que se identifica com o Afropunk enquanto ato político de poder usar o que a faz sentir-se mais bonita e, também servir de exemplo para outras meninas negras. A estudante relata que vivenciou os ideias do movimento Afropunk através da sua “transição capilar”. “Eu alisava meu cabelo para ser mais aceita no meio que eu vivenciava, e esse processo de transição foi muito de reconstrução do meu eu para compreender todo o contexto do racismo no Brasil, afirma Samira.

Hoje, a Geração Tombamento se utiliza da estética do Afropunk para romper os paradigmas vigentes. “Antigamente você não via mulheres negras com cabelos coloridos, usando piercing e tatuagens mais elaboradas” reflete Samira, para quem “a Geração Tombamento veio para chocar, mostrando que a nossa estética também é bonita”.

E aqui vem o questionamento: será que os ideias da Geração Tombamento e do movimento Afropunk conseguem atingir as meninas negras da periferia?

A universidade é um dos espaços onde o debate racial é forte, e grande parte das meninas que se afirmam afropunks estão inseridas neste cenário. Para levar esta discussão para fora da academia, são promovidas ações em diversos bairros da cidade. Uma delas foi a Marcha Pelo Empoderamento Crespo, que ocorreu em novembro passado. Samira conta que durante os quatro meses anteriores a essa Marcha foram realizadas ações em escolas públicas e estaduais e no interior da Bahia, para discutir as questões raciais com as meninas que ainda não estão prontas para deixar a chapinha de lado. “A afirmação da estética negra é um processo muito de dentro para fora. A ideia não era fazer elas se sentirem obrigadas a deixar de alisar, mas sim que elas compreendessem o debate que há por trás disso” conta Samira.

Muito além do estilo, a Geração Tombamento se apropria da estética do Afropunk como uma forma de romper com os padrões estéticos eurocêtricos e expor o orgulho de ser negro e negra, de ter o cabelo crespo, a boca e o nariz largos, de possuir uma beleza que deve ser realçada, seja através de um batom azul, de um black rosa ou de um piercing no nariz. Afinal, se é para tombar, tombei!



Natácia Guimarães

# Tamar: 36 anos de história

Pesquisa de universitários dá origem a reconhecido projeto de preservação

Ana Cely Lopes, Maria Landeiro e Mariana Jorge

Quem visita uma das sedes do Projeto Tamar talvez não seja capaz de imaginar a trajetória desse grande projeto de preservação das tartarugas marinhas. No final de 2016 o Tamar completa 36 anos e a equipe do Jornal da Facom visitou a sede da Praia do Forte – BA para saber mais sobre essas três décadas de história.

## O início

Era uma vez um grupo de amigos, todos estudantes da Faculdade de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no final dos anos 70. Perto de concluir o curso, o grupo passou a organizar expedições e pesquisas, explorando o litoral e as ilhas oceânicas do país. Em uma dessas expedições, na ilha Atol das Rocas (RN), eles viram um grupo de pescadores esfaquear treze tartarugas fêmeas adultas, de mais de 300 kg. A cena chocou principalmente pela brutalidade, mas também pelo fato de que na universidade eles aprenderam que o Brasil não é um local de desova ou alimentação de tartarugas marinhas. Então o que faziam essas tartarugas ali?

Segundo Paulo Hunold Lara, biólogo do Tamar, os estudantes enviaram um relatório às au-

Divulgação

Já são mais de 25 milhões de filhotes devolvidos ao mar



toridades competentes e, em 1980, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) impulsionou projetos de preservação da vida marinha. Com apoio federal, o grupo desbravou o litoral brasileiro em busca de tartarugas. Eles procuraram tartarugueiros - pescadores de tartarugas - para aprender a encontrar os locais de desova, para alimentá-las e catalogá-las. “Depois de dois anos de viagem, eles perceberam que no Brasil existem cinco tipos de tartarugas marinhas, quatro em Praia do Forte (BA)”, afirma Paulo.

Após as pesquisas foram criadas três bases iniciais: Pirambu (SE), Regência (ES) e Praia do Forte (BA). Os primeiros funcionários eram os antigos tartarugueiros, que foram contratados formalmente devido a seu conhecimento sobre esse tipo de animal. A essa altura, os recursos do governo não eram mais suficientes, então, em 1980, foi criada a Fundação Pro-Tamar, uma ONG cujo objetivo era buscar recursos para viabilizar a iniciativa.

### O crescimento

Na década de 90, Praia do Forte estava despontando como destino turístico e o Pro-Tamar decidiu vender produtos confeccionados pela comunidade local. “Deu super certo. Em Praia do Forte empregamos funcionários e geramos economia local. Nas outras bases, empregamos moradores para produzir as mercadorias”, acrescenta Hunold. Uma estratégia para o sucesso dos pontos de venda foi a criação de centros de visita, que começaram com a exposição de um aquário contendo filhotes de tartarugas.

Quando o Tamar começou, na década de 80, o maior problema era que as comunidades caçavam o animal para comer. Segundo o biólogo, mudar os hábitos alimentares das comunidades não foi fácil. “Conversamos com os pescadores sobre o sério problema para o ecossistema marinho, já que alguns tipos de tartarugas se alimentam de predadores de peixes”, explica. Aos poucos, principalmente através do contato com as tartarugas, as comunidades foram se conscientizando.

“Depois de dois anos de viagem, eles perceberam que no Brasil existem cinco tipos de tartarugas marinhas”

A criação dos centros de visita foi muito importante. Praia do Forte, por exemplo, gera quase metade do recurso econômico do Tamar, com mais de 600 mil visitantes por ano. No Brasil, há outros nove centros de visita. Esses e outros recursos angariados pela ONG Pró Tamar permitiram que surgissem mais 22 bases de conservação que protegem mais de mil quilômetros de litoral e empregam cerca de 1800 funcionários.

### Hoje

Em 2016, ao final da temporada de reprodução, o Tamar comemora a marca de 25 milhões de filhotes devolvidos ao mar. Essa marca é importantíssima, pois é resultado do constante esforço do trabalho de conservação no litoral. O Tamar hoje é reconhecido internacionalmente como uma das mais bem sucedidas experiências de preservação da vida marinha no mundo. Seu trabalho social, que se baseia na parceria com as comunidades próximas às bases, serve de modelo para outros países. No centro de visita em Praia do Forte, moradores não pagam entrada e ainda podem participar de vários projetos de educação ambiental.



Matheus Buraneli/LabFoto

# Nem toda tartaruga é ninja

Josenildo Moreira



## Pesquisadores do Tamar relatam principais ameaças às tartarugas marinhas

Bruno Luiz, Jonas Lima, Josenildo Moreira, Júlia Vigné, Matheus Caldas, Thiago Conceição

**H**á algumas semanas, nadar, ou até mesmo se locomover fora da água, tornou-se tarefa difícil para esta tartaruga-marinha da espécie Oliva. Desavisada, caiu em uma armadilha na forma de rede de pesca, enquanto se movia sobre as águas de Praia do Forte, pertencente ao município de Mata do São João, na Bahia. Na tentativa de se desvencilhar da arapuca, teve uma de suas nadadeiras machucadas pelo material cortante com o qual é feita a ferramenta. Atualmente, o animal vive sob os cuidados de biólogos do Laboratório das Tartarugas, do Projeto Tamar.

O caso relatado não é exclusivo desta tartaruga-marinha. O roteiro se repete diariamente nas praias do litoral brasileiro. De acordo com o biólogo Rafael Soeiro, integrante do laboratório que há quase 15 anos atua na recuperação de tartarugas-marinhas feridas, grande parte das ocorrências atendidas no local é de incidentes provocados pela pesca, seja ela

artesanal ou industrial. “A pesca, geralmente artesanal, é a principal causa de mortes das tartarugas aqui na região. São acidentes quase fatais, ou cuja recuperação demora muito”, explica.

Além das redes de pesca, os animais enfrentam outros obstáculos à sua sobrevivência: o descarte irregular de lixo no mar, a ocupação desordenada do litoral por empreendimentos hoteleiros e a poluição provocada pela luz são grandes problemas. O biólogo Paulo Hunold Lara, que trabalha no Tamar há quase 30 anos, explica como as luzes artificiais nas praias podem interferir na reprodução das tartarugas. “Os filhotes nascem à noite, quando a areia esfria. Eles se guiam em direção ao mar pela luz natural, porém as luzes artificiais direcionam ao caminho errado, fazendo com que muitos sejam atropelados nas praias, levando-os à morte”, conta.

Hunold também destaca o prejuízo do lixo jogado no mar à saúde dos animais. Segundo ele, as espécies confundem os resíduos com alimentação. Ao consumi-los, muitos têm complicações de saúde e acabam morrendo. “Esta é

uma consequência da ocupação das pessoas nas praias, que utilizam estes locais justamente no momento de reprodução dos animais, entre setembro e março”, explica. Na tentativa de conter o impacto gerado pela instalação de hotéis e condomínios no litoral, o Tamar atua, junto aos empreendimentos, na conscientização da importância de preservação do ecossistema local. Entretanto, as dificuldades são grandes, afirma Hunold. “Vamos ao condomínio e conversamos com o síndico. Não temos poder de polícia, mas temos de ‘gogó’”. Existe também o conflito entre o crescimento urbano e a falta de infraestrutura, além da velocidade com que a iniciativa privada e o poder público trabalham”, detalha. Na tentativa de diminuir o número de mortes de tartarugas por causa da pesca, o Instituto tem adotado e difundido técnicas pesqueiras menos nocivas aos animais. É o caso do anzol circular, como explica Claudemar Santana, também conhecido como Mazinho, biólogo do Centro de Visitantes do projeto. “Quando conscientizamos a respeito deste tipo de anzol, houve uma redução na captura de tartarugas na pesca industrial”, esclarece. Mazinho destaca também os manzuás - armadilha que captura apenas peixes - para a preservação da espécie.

# Para além das tartarugas

## Lojas do Tamar incentivam a economia local

Carla Letícia, Gustavo Mões, Paloma Morais, Paula Holanda, Raí Guerra, Rebeca Bhonn, Saville Alves e Yananda Lima

Para além da preservação de tartarugas, o Projeto Tamar contribui para geração de emprego e renda na Praia do Forte. Atualmente, a equipe nacional conta com cerca de 1800 empregados, entre eles, pescadores, vendedores e artesãos. Somente na Bahia, estado onde a iniciativa possui seis bases, são mais de 500 empregos diretos e indiretos, mediante parceria com grupos de artesãos que fabricam itens para as lojas do Tamar. O projeto também apoia creches e escolas locais, como uma forma de impulsionar o trabalho das comunidades através de oficinas, parcerias e confecção de produtos e material didático para educação infantil.

A geração de empregos é uma das principais formas de incentivar a economia nas regiões onde o projeto está inserido. As lojas nos centros de visitas do projeto são responsáveis por gerar um impacto maior do que fazem parecer; a maioria dos produtos das lojas é confeccionada em Pirambu (SE) e na Reserva Biológica de Comboios, localizada em Regência (SE). Neste último, são produzidas as tradicionais pulseiras de miçangas com símbolo da tartaruga. Ambos centros produtivos são locais de baixa movimentação turística, portanto, a exportação se destina às bases de Fernando de Noronha e Praia do Forte – esta última responsável pela geração de metade dos recursos para autossustentação do projeto. O lucro da venda desses produtos ofertados nas lojas do Tamar é totalmente revertido para o grupo produtivo. Além da produção artesanal, alguns dos itens são terceirizados, como calças, bolsas e mochilas.

Alexia Tavares, de 19 anos, vendedora da loja Tamar. “Fui ‘tamarzinha’ por seis anos e depois passei a trabalhar aqui com carteira assinada. Essa foi minha primeira opção de emprego”, conta. Segundo o biólogo Paulo Hunold, a geração de empregos é direta. “Geramos emprego direto e equilibramos o fluxo de dinheiro dos produtos que são vendidos,” aponta. Além do impacto econômico, há também o estímulo ao desenvolvimento da organização estrutural das comunidades envolvidas na confecção dos materiais. “Identificamos esse incentivo à organização dos grupos em algumas comunidades, o que nos leva além da questão econômica”, pontua Hunold.



Matheus Buranello/LabFoto

# Tamarzinhos: consciência ecológica em crianças

## Seu objetivo é estimular a preservação ambiental diante das transformações sociais e ambientais da Praia do Forte

Ítalo Cerqueira e Thiago Freire

Qualquer projeto que busque a preservação da fauna e da flora precisa prever um trabalho permanente de educação ambiental com a comunidade que irá se relacionar. Com esta perspectiva, o projeto Tamar criou há 21 anos o programa Tamarzinhos, cujo objetivo é formar guias ecológicos mirins.

Voltado para crianças de 10 a 14 anos, o programa seleciona anualmente dez crianças residentes da Praia do Forte e das comunidades do entorno para um curso de 12 meses. Durante o período, desenvolvem trabalhos ambientais, culturais e de cidadania no contra-turno da escola. A coordenadora do programa, Mariucha Ferreira, afirma que o Tamar tem a preocupação de integrar a comunidade em seu trabalho. “Se a gente quer ter cidadãos mais conscientes, envolvidos com as questões ambientais, é necessário também trabalhar a questão social”, explica.

Apesar da ecologia ser a bandeira principal do programa, sua grade compõe oficinas que incentivam as crianças a preservar os costumes da região. Para isto são contratados profissionais locais que minis-

tram aulas de artesanato, pesca, culinária, produção de caretas e marionetes - tudo em prol da sustentabilidade ambiental e social. “São profissões respeitadas, dignas de serem vividas e que estão se extinguindo”, enfatiza a coordenadora.

O envolvimento das crianças com o programa vai além da duração do curso. Muitas delas concluem a formação com a perspectiva de candidatar-se às vagas de jovem aprendiz e monitor, enquanto outros procuram formação universitária correlata às áreas de atuação do projeto Tamar. É o caso do biólogo e supervisor de atendimento Claudemar Santana, ou Mazinho, que começou no programa em 2001. “Toda a base que tenho hoje veio daqui”, afirma Santana.

Para conquistar uma vaga dentro do programa é preciso enfrentar uma grande concorrência com outras crianças da região. A estudante Jéssica Falcão conseguiu uma vaga em sua terceira tentativa e agora diz se sentir realizada. “Entre no Tamarzinhos por curiosidade, para aprender mais sobre as tartarugas e a vida marinha”, conta.

# Da caça à conservação

Cris Almeida, Gabriela Medrado, Helena Mafra, Marina Fraga Maia, Paloma Rigaud

O Projeto Tamar conta com a ajuda de pescadores locais das comunidades litorâneas na proteção e monitoramento das tartarugas marinhas. Eles são conhecidos como tartarugueiros, e são responsáveis pela patrulha e mapeamento das áreas de desova. Atualmente o Tamar dispõe de cerca de 300 tartarugueiros em todo o país e sete no centro de visitantes em Mata de São João - BA.

A relação dos pesquisadores com os pescadores das regiões litorâneas começou desde o início do projeto, para coletar informações sobre os ninhos e hábitos das tartarugas. “Esse saber não tem nos livros”, afirma Paulo Lara. Esses nativos passaram a ser contratados para monitorar as áreas de desova e proteger os ovos das tartarugas em troca de um emprego fixo com carteira assinada, o que não era comum em 1989, quando esse projeto foi iniciado, e portanto trazia prestígio.

Antes da criação do Projeto Tamar, as comunidade pesqueiras do litoral norte baiano caçavam e se alimentavam da carne de tartarugas marinhas. Para convencer os pescadores da importância das tartarugas, os estudantes explicaram a função desses animais na cadeia alimentar marinha, como predadores de caravelas e águas-vivas, que por sua vez se alimentam de larvas de peixes. Se as tartarugas continuassem morrendo, a população de peixes diminuiria como consequência indireta e os pescadores teriam seu trabalho prejudicado.

Além do trabalho com os tartarugueiros, em determinadas épocas do ano são desenvolvidos outros projetos relacionados à atividade pesqueira. O Tamar Pesca é um deles, e nele é negociado com os pescadores utilização de técnicas de pesca mais adequadas para áreas com tartarugas, o que diminui as capturas acidentais. Realiza-se também o Nem Tudo que Cai na Rede É Peixe, um programa de orientação aos pescadores sobre sua participação na conservação das tartarugas, o impacto do lixo no mar e das redes de pesca. Como resultado, cada vez mais pescadores libertam com vida ou entregam aos pesquisadores tartarugas com algum ferimento capturadas acidentalmente. O Projeto Tamar preza tanto pela promoção da consciência ecológica, quanto pelo desenvolvimento econômico dos locais onde está estabelecido. Além dos tartarugueiros, o programa procura envolver toda a população local, integrando moradores da região em diversas áreas, principalmente voltadas para captação de recursos.



cabeçuda  
Projeto Tamar



600.000.000 curtidas

cabeçuda #VoltandoPraCasa @barbaragomes @cleanelima @gabrielaferreira @miriacachoeira

Tarde ensolarada, as águas mornas e calmas do mar anunciam o verão. Não me recordava de como era lindo esse lugar. Estou voltando pra casa outra vez! Há 30 anos, quando nasci por esse litoral baiano, os grãos de areia da praia pareciam enormes. Cambaleante, eu, meus irmãos e irmãs, tínhamos acabado de nascer e vivemos uma aventura até chegar ao mar. Para evitar humanos e predadores naturais, como as aves e peixes grandes, que poderiam nos engolir de uma só vez, esperamos anoitecer para sair do ninho.

Quando nascemos, registramos em nossa memória química o campo magnético do nosso local de origem. É como um mapa que nos dá as coordenadas de como chegar à terra natal. Às vezes, devido às correntes marinhas não chegamos à mesma praia, mas no mínimo, ao mesmo litoral. Ah! Esqueci de me apresentar. Recebi dos humanos o nome de Caretta caretta, mas sou mais conhecida pelo apelido de “cabeçuda”. Não preciso explicar que é por causa do tamanho da minha cabeça, isso não me incomoda - outros me chamam apenas de tartaruga marinha.

Graças à minha boa memória, essa é a primeira vez que volto por estas bandas. Também a cada dois anos repetirei essa viagem, ao longo dos meus - tomara! - próximos 120 anos, para a desova na areia da praia. No balançar das ondas, aguardo anoitecer por ser mais seguro para os meus futuros filhotes.

Anoitece, a luz da lua ilumina o caminho que posso seguir na areia. Sou muito veloz dentro d’água, mas fora dela sou uma tartaruga - Ops! Quero dizer: devagar. Esse trajeto pode levar até quatro horas. Enquanto caminho, vou contar para vocês a pressa em terminar essa missão.

Quando atingimos a idade adulta, mais ou menos os 30 anos, vamos às regiões de acasalamento, que ficam em águas profundas ou costeiras, para encontrar um macho para a cópula. Não está difícil só para vocês humanas encontrar um macho, para nós também! Como são poucos, não temos vínculo de fidelidade, temos a liberdade de ficar com vários machos. Somente após dois anos da cópula, os óvulos estão prontos para a desova. Nascem poucos machos na costa baiana devido à temperatura da areia nas duas primeiras semanas, que quase sempre é superior a 29° e não permite que os embriões no ovo gerem machos.

Neste litoral ficarei cerca de 10 a 15 dias, desovando até sete vezes. Vou colocar entre 120 e 130 ovos, que levam quase 50 dias para eclodir. Com minhas patas traseiras vou cavar um buraco fundo na areia em formato de um vaso, estreito na entrada e largo na base. Os ovos saem com um líquido viscoso, gerado pela salinidade da água do mar que tomamos em quantidade durante o período da desova. Nessa tarefa somos astutas; para apagar nossos rastros na areia e proteger os nossos futuros filhotes, não saímos do ninho pelo mesmo caminho que chegamos.

Todo trabalho que fazemos no ecossistema marinho torna nossa vida importante para o planeta. As redes de pesca industrial e a poluição das águas às vezes nos impedem de completar a missão, além de causar morte de muitas espécies. Posso dizer que sou vencedora e um projeto que ajuda a nossa sobrevivência é o Tamar. Criado cinco anos antes do meu nascimento, suas iniciativas ajudam na preservação de quatro espécies: tartaruga de pente, verde, oliva e a minha espécie, cabeçuda. Hoje somos protegidas graças ao Tamar.

